

**6. RELATÓRIO E CONTAS DAS FESTAS DE SÃO JOÃO DE BRAGA 2018:**

Submete-se para conhecimento do Executivo o Relatório e Contas das Festas de São João 2018, apresentadas pela Associação de Festas de São João.



Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de Braga,  
Dr. Ricardo Rio

**Data:** 30/12/2019

**Assunto:** Relatório e Contas Festas de São João de Braga 2018

A Associação de Festas de São João vem, por este meio, entregar o Relatório e Contas referentes às Festas de São João do ano 2018, aprovados em Assembleia Geral que decorreu no dia 16 de dezembro de 2019.

Certos do vosso melhor acolhimento a esta informação de interesse comum agradecemos a atenção, enviando os mais respeitosos cumprimentos.

O Presidente da Associação de Festas de São João de Braga

(Dr. Firmino Marques)

À Ex.ª Sr.ª Câmara,  
para conhecimento.

2001-52



**CONSELHO FISCAL**  
**ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE S. JOÃO DE BRAGA**

**Parecer – Relatório de Contas de 2018**

Analisado o Relatório e Contas de 2018 da Associação de Festas de S. João de Braga, considera o conselho fiscal que se trata de um documento que expressa com rigor e clareza a realidade financeira, económica da Associação, bem como a dinâmica das atividades desenvolvidas.

Por conseguinte, o Conselho Fiscal decidiu, por unanimidade, dar um parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas de 2018.

Braga, 12 de dezembro de 2019.

O Presidente do Conselho Fiscal

(António Barroso, Dr.)

**2018**



# **[RELATÓRIO E CONTAS]**

AV DA LIBERDADE - EDIFÍCIO DO TURISMO, N 1 | 4710-000 BRAGA

NIPC: 505 251 809



## ÍNDICE

Balanço.....	3
Demonstração de Resultados .....	4
Anexo .....	5





## Balanço

### ASSOCIAÇÃO DE FESTAS SÃO JOÃO DE BRAGA Balanço em 31 de dezembro de 2018

(Valores em euros)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Ativo corrente			
Outros créditos a receber	5	6.420,00	4.662,80
Caixa e depósitos bancários	4	42.514,19	14.788,30
Subtotal		48.934,19	19.451,10
<b>Total do ativo</b>		48.934,19	19.451,10
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital Próprio			
Capital subscrito		234,75	234,75
Outras reservas		287,32	287,32
Resultados transitados		18.762,31	-22.920,70
Subtotal		19.284,38	-22.398,63
Resultado líquido do período		10.948,57	41.683,01
<b>Total do capital próprio</b>		30.232,95	19.284,38
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	5	9.948,24	0,00
Estado e outros entes públicos	6	0,00	166,72
Outras dívidas a pagar	5	8.753,00	0,00
Subtotal		18.701,24	166,72
<b>Total do Passivo</b>		18.701,24	166,72
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		48.934,19	19.451,10

Braga, 29 de março de 2019

A Direção \_\_\_\_\_

O Contabilista Certificado n.º 83151 \_\_\_\_\_



## Demonstração de Resultados

### ASSOCIAÇÃO DE FESTAS SÃO JOÃO DE BRAGA Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	359.138,22	336.028,99
Subsídios à exploração		0,00	55.000,00
Fornecimentos e serviços externos	8	-347.093,86	-349.647,67
Outros rendimentos	9	500,01	2.000,01
Outros gastos	10	-1.595,80	-1.698,32
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>10.948,57</b>	<b>41.683,01</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>10.948,57</b>	<b>41.683,01</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>10.948,57</b>	<b>41.683,01</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>10.948,57</b>	<b>41.683,01</b>

Braga, 29 de março de 2019

A Direção \_\_\_\_\_

O Contabilista Certificado n.º 83151 \_\_\_\_\_



## **Anexo**

### **1 Introdução**

A Associação de Festas São João de Braga é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação, com sede na Avenida da Liberdade – Edifício do Turismo, N.º 1, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João de Souto), concelho de Braga.

As demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição e performance da empresa.

Os valores que constam deste Anexo encontram-se apresentados em euros.

### **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Sistema de Normalização Contabilística**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal vertidas no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8258/2015 de 29 de julho e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos na portaria n.º 218/2015 de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL são parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) atualizado pelo referido Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8258/2015, de 29 de julho.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), pelo Código de Contas (CC), pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), pelas Normas Interpretativas e pela Estrutura Conceptual.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente





e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, e o anexo são expressas em euros e foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade e em conformidade com o regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As presentes demonstrações financeira (DFs) refletem os resultados das suas operações e a posição financeira para o período compreendido 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

## **2.2 Derrogação das disposições do SNC**

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

## **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

# **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

## **3.1 Bases de preparação**

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

### **3.1.1 Pressuposto da continuidade**



No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

### **3.1.2 Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)**

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são reconhecidos nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outros créditos a receber” ou “Outras dívidas a pagar”.

### **3.1.3 Consistência de apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

### **3.1.4 Materialidade e agregação**

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou as declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das notas presentes do presente anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.



### **3.1.6. Informação comparativa**

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## **3.2 Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

### **a) Transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

### **b) Rédito**

O rédito proveniente das vendas apenas é reconhecido quando a quantia do rédito puder ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a entidade e que os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados, todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador e a entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação tendo em conta a data de relato, desde que o montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade, seja possível benefícios económicos futuros associados à transação e os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

### **c) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a





existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

#### **d) Provisões**

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### **e) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### **i) Clientes e outros devedores**

As dívidas de clientes e outros devedores estão mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As



perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### ***ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros***

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método de custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### ***iii) Empréstimos***

Os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e são reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

#### ***f) Fluxos de Caixa***

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.





**g) Julgamento e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

**h) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

**i) Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que se justificam reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalente de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



#### 4 Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	11.930,57 €	787,52 €
Depósitos bancários	30.583,62 €	14.000,78 €
<b>Total</b>	<b>42.514,19 €</b>	<b>14.788,30 €</b>

#### 5 Instrumentos financeiros

##### 5.1 Clientes/fornecedores/outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de clientes, de fornecedores, de outros créditos a receber e de outras dívidas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas
<b>Ativos</b>				
Clientes	- €		- €	
Outros créditos a receber	6.420,00 €		4.662,80 €	
<b>Total</b>	<b>6.420,00 €</b>	<b>- €</b>	<b>4.662,80 €</b>	<b>- €</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	9.948,24 €		- €	
Adiantamentos de clientes	- €		- €	
Outras dívidas a pagar	8.753,00 €		- €	
<b>Total</b>	<b>18.701,24 €</b>		<b>- €</b>	
<b>Total líquido</b>	<b>- 12.281,24 €</b>	<b>- €</b>	<b>4.662,80 €</b>	<b>- €</b>



## 6 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	31/12/2018	31/12/2017
	Corrente	Corrente
<b>Ativos</b>		
Imposto sobre o rendimento	- €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
...	- €	- €
<b>Passivos</b>		
Imposto sobre o rendimento	- €	166,72 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	- €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	- €
Contribuições para a segurança social	- €	166,72 €
	- €	- €

## 7 Volume de Negócios

As vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2018 e 2017, resumem-se do seguinte modo:

Rubrica	2018	2017
Vendas	- €	- €
Prestação de serviços	359.138,22 €	336.028,99 €
Prestação de serviços	359.138,22 €	336.028,99 €
Descontos e abatimentos	- €	- €
<b>Total Volume de Negócios</b>	<b>359.138,22 €</b>	<b>336.028,99 €</b>

## 8 Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2018 e de 2017 os fornecimentos e serviços externos da entidade resumem-se de acordo com a seguinte discriminação:



Rubrica	2018	2017
	- €	- €
Subcontratos	321.278,26 €	290.004,02 €
Serviços Especializados	5.454,48 €	9.634,46 €
Materiais	1.218,09 €	718,40 €
Energia e Fluidos	11.986,98 €	16.559,85 €
Deslocações e Estadas	7.156,05 €	32.730,94 €
Serviços Diversos		
<b>Total</b>	<b>347.093,86 €</b>	<b>349.647,67 €</b>

## 9 Outros rendimentos

Nos períodos de 2018 e 2017, apresentavam-se os seguintes montantes referentes aos outros rendimentos:

Rubrica	2018	2017
	- €	- €
Rendimentos suplementares	0,01 €	0,01 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	500,00 €	2.000,00 €
Outros		
<b>Total</b>	<b>500,01 €</b>	<b>2.000,01 €</b>

## 10 Outros gastos

Nos períodos de 2018 e 2017, apresentavam-se os seguintes montantes referentes aos outros gastos:

Rubrica	2018	2017
	- €	- €
Impostos	- €	0,01 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.595,80 €	1.698,33 €
Outros		
<b>Total</b>	<b>1.595,80 €</b>	<b>1.698,32 €</b>





### **11 Acontecimentos após a data do balanço**

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2018) e a data de autorização para a sua emissão (29 de março de 2019), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

### **12 Informações exigidas por diplomas legais**

A Gerência informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Gerência informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do CSC.

**Braga, 29 de março de 2019**

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 83151

---

---